



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
Comitê de Investimentos - IPAM-COMIN

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – IPAM REALIZADA EM 23/07/2026

Aos 23 dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 10h, reuniram-se, presencialmente, os membros do Comitê de Investimento do IPAM, senhores Rodrigo Ferreira Soares, Orisvaldo Bezerra de Salles, Odilon José de Santana Júnior, e Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete, a reunião contou com a participação da atual Diretora-presidente, senhora Priscilla de Bezerra Giroto Farias Lima, na qualidade de ouvinte e ainda com a presença local do senhor Reiter Peixoto consultor de investimentos da Sete Cofiança Consultoria de Investimentos. A reunião foi conduzida pelo Coordenador Administrativo e Financeiro Sr. Júlio César de Souza Ferreira, para tratar das seguintes pautas: 1. Apresentação do Relatório Mensal da carteira de Investimento do IPAM, referente ao mês de Junho de 2026; e 2. Outros assuntos relacionados ao Comitê, conforme convocação no Memorando nº 15/2026/COMIN. O Presidente em exercício do Comitê, Sr. Júlio César iniciou a reunião saudando a todos, informou as presentes que conforme regimento interno do COMIN na ausência do Presidente do IPAM ou na falta de certificação profissional quem preside a reunião do COMIN é o Coordenador Administrativo e Financeiro. Em seguida passou a palavra ao Sr. Reiter para dar início do primeiro item da pauta, que iniciou falando sobre o cenário econômico: Em junho de 2026, o cenário econômico brasileiro permaneceu marcado por atividade resiliente, juros elevados e sinais mais favoráveis no campo inflacionário. O IPCA avançou 0,16% no mês, desacelerando frente aos 0,58% registrados em maio, enquanto a inflação acumulada em doze meses recuou de 4,72% para 4,64%. Apesar da melhora, o índice permaneceu acima do limite superior da faixa de tolerância da meta, mantendo a necessidade de cautela na condução da política monetária. Nesse contexto, o Copom reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,25% ao ano. Para os RPPS, o ambiente continuou favorecendo estratégias de renda fixa, especialmente ativos pós-fixados e de menor volatilidade, enquanto o cenário fiscal permaneceu como ponto de atenção diante da expansão das despesas, do elevado custo da dívida e dos possíveis efeitos sobre os juros futuros e os ativos marcados a mercado. No cenário internacional, junho foi marcado por elevada volatilidade, especialmente em razão das tensões geopolíticas no Oriente Médio e de seus efeitos sobre o petróleo, a inflação global e as expectativas para os juros nas principais economias. Nos Estados Unidos, os riscos inflacionários reforçaram a percepção de manutenção dos juros elevados por mais tempo, contribuindo para o fortalecimento do dólar e para maior cautela nos mercados emergentes. Para o Brasil, esse ambiente trouxe riscos relacionados ao câmbio, aos combustíveis, aos preços administrados e às expectativas de inflação. A bolsa brasileira também refletiu esse ambiente mais cauteloso. O Ibovespa encerrou junho aos 172.024 pontos, com queda de 1,01% no mês, influenciado pelos juros elevados, pela volatilidade do petróleo, pelas incertezas externas e pela menor disposição dos investidores para assumir risco. Quanto às projeções, as expectativas de mercado indicavam inflação de 5,33% em 2026, crescimento do PIB de 1,99%, câmbio de R\$ 5,20 por dólar e taxa Selic de 14,00% ao ano. Para os preços administrados, a estimativa era de alta de 5,00%. No campo fiscal, as expectativas apontavam resultado primário negativo de 0,50% do PIB, déficit nominal de 8,70% do PIB e dívida líquida de 69,82% do PIB. Em conjunto, o cenário de junho apresentou melhora pontual da inflação, mas ainda recomendou prudência e acompanhamento próximo da atividade econômica, das contas públicas, da trajetória dos juros e dos riscos externos. Após explanação, iniciou-se o apontamento do Relatório de Investimentos das aplicações financeiras do mês junho do ano de 2026. O IPAM finalizou o mês com patrimônio líquido de R\$ 1.297.445.893,92 (um bilhão duzentos e noventa e sete milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), que representa um crescimento de 6,41% (seis vírgula quarenta e um por cento) no ano. A carteira de investimentos atingiu em junho a rentabilidade positiva de 0,73% (zero vírgula setenta e três por cento) equivalente a um ganho de R\$ 9.350.477,75 (nove milhões trezentos e cinquenta mil e quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos). No acumulado, a rentabilidade da carteira no ano está, até o momento, em 6,18% (seis vírgula dezoito por cento), representando um ganho de R\$ 75.278.430,51 (setenta e cinco milhões duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos e trinta reais e cinquenta e um centavos), enquanto a meta atuarial (IPCA +6,16%) acumulada é de 6,50% (seis vírgula cinquenta por cento). Na sequência, em Outros Assuntos relacionados ao Comitê, foi apresentado e analisado o Relatório Trimestral da Carteira de Investimentos do IPAM, referente ao 2º trimestre de 2026 (2T2026), destacando-se que o patrimônio investido encerrou o período em aproximadamente R\$ 1,297 bilhão, representando crescimento de 2,89% no trimestre, com rentabilidade acumulada de 6,18% no exercício, frente à meta atuarial de 6,50%, correspondendo a 95,01% da meta. Quanto ao cenário econômico, foram destacados a persistência das pressões inflacionárias, a revisão da expectativa de inflação para 5,33% e da Selic para 14,00% ao final de 2026, além da maior volatilidade observada na renda variável, com o Ibovespa apresentando queda de aproximadamente 8,24% no trimestre. No tocante aos riscos da carteira, foi ressaltada a sensibilidade dos investimentos de maior prazo às oscilações da curva de juros e às incertezas fiscais, bem como a volatilidade associada aos ativos de renda variável, ao câmbio e ao cenário internacional, especialmente diante das tensões geopolíticas e dos efeitos sobre petróleo e inflação. Também foi destacada a necessidade de monitoramento contínuo da concentração por instituições, liquidez, risco de mercado e custos dos investimentos. Diante do cenário apresentado, recomendou-se a manutenção da estratégia de alocação vigente, com acompanhamento permanente dos indicadores de risco e das condições de mercado, permanecendo o Comitê de Investimentos

atento à necessidade de eventuais ajustes táticos na carteira. Apresentou-se ainda que o IPAM se encontra enquadrado nos limites estabelecidos pela resolução CMN nº 5.272/2025 e em conformidade com a Política de Investimentos de 2026. Após a demonstração dos resultados, o COMIN aprovou o Relatório Mensal e o Relatório Trimestral dos Investimentos, apresentados. O Sr. Reiter informou que o estudo de ALM (Asset Liability Management) está em fase de conclusão e enviará aos membros do COMIN para análise assim que possível, podendo ser analisada até o final de agosto. Informou ainda que participará da reunião do Conselho Deliberativo, prevista para a tarde de 24/07/2026, para apresentação, análise e deliberação acerca da proposta de alteração da PI-2026, contemplando a adequação da carteira ao nível II do Pró-Gestão e a alteração da Taxa de Meta Atuarial de 6,16% para 5,51% ao ano, conforme demonstrado no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025/2026. Lembrou aos membros do COMIN que no dia 15/08 terão pagamento de cupons de juros dos títulos públicos de final par, e que aproximadamente R\$122 milhões de reais estarão vencendo (NTN-B 2026) nesta data, e considerando que o ALM está em conclusão, caso não seja aprovado até o dia 15/08, estes recursos deverão ir para a conta de origem e aplicados em fundo DI para posterior deliberação quanto a finalidade de aplicação. Após discussão, os membros do COMIN deliberaram, por unanimidade, que os recursos provenientes dos cupons de juros e do principal dos títulos públicos federais com vencimento em 15/08/2026, estimados em aproximadamente R\$ 122 milhões, sejam temporariamente aplicados em fundo de investimento referenciado DI, enquanto se aguarda a conclusão do estudo de ALM e a definição da estratégia de realocação dos recursos, observadas as disposições da Política de Investimentos e da regulamentação vigente, considerando o atual patamar da taxa Selic e a necessidade de preservação da liquidez dos recursos até a definição da estratégia de alocação até que seja concluído e deliberado o estudo de ALM, oportunidade em que será definida a estratégia de realocação dos recursos. Presidente em exercício do Comitê de Investimentos do IPAM deu como encerrada a reunião e eu, Odilon José de Santana Júnior, secretariei e lavrei a Ata, firmada por mim e todos os membros do Comitê de Investimentos presentes.

Porto Velho, 23 de julho de 2026.

JÚLIO CÉSAR DE SOUZA FERREIRA
Coordenador Administrativo e Financeiro

ORISVALDO BEZERRA DE SALLES
Coordenador de Previdência

ODILON JOSÉ DE SANTANA JÚNIOR
Responsável pela Gestão dos Recursos do RPPS

CLAUDINEIA ARAÚJO DE O. BORTOLETE
Membro do Comitê de Investimentos

RODRIGO FERREIRA SOARES
Membro do Comitê de Investimentos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Soares, Membro(a)**, em 10/08/2026, às 11:29, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Jose de Santana Junior, Membro(a)**, em 10/08/2026, às 11:55, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Orisvaldo Bezerra De Salles, Membro(a)**, em 10/08/2026, às 11:56, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar de Souza Ferreira, Membro(a)**, em 10/08/2026, às 12:00, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete, Membro(a)**, em 10/08/2026, às 12:43, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **1361962** e o código CRC **8F148C03**.



Referência: Processo nº 011.003256/2026-97

SEI nº 1361962